

Homenagem a Maria Teresa Ghirardi Mascarenhas Neves

Meu tipo inesquecível

Este não será um texto jurídico, talvez nem muito apropriado para uma revista jurídica, mas os que tiverem interesse em ler entenderão a razão que me leva a escrever como alguém apaixonado pela pessoa, ainda mais do que pela colega, advogada, jurista ou Procuradora.

Conheci **Maria Teresa Garcez Ghirardi** na Faculdade de Direito, meados dos anos 70. Apesar da diferença de apenas dois anos e de interesses comuns no que se refere ao Estado de Direito, ao Estado Democrático, à preocupação com a *res publica*, e o privilegiar o interesse público como forma de realizar o bem comum, não nos tornamos imediatamente amigas. Ela parecia uma adulta, e eu, alguém saindo da adolescência. Mas muitas vezes me vali, como quase todos os demais da classe, do “caderno da Teresa”. Como um colega disse, recentemente, num grupo no *Facebook*, se ela tivesse cobrado os empréstimos ou publicado o caderno, poderia ter ficado rica. Esse caderno, escrito em letra bonita, clara, redonda, uniforme, era um espetacular acompanhamento das aulas dadas pelos professores e seus assistentes, enriquecido com observações e anotações da dona. Era melhor estudar por ele do que por livros, manuais, apostilas. E era o que a maioria de nós fazia: perto das provas, pedíamos o caderno emprestado para fazer xérox. E por ali estudávamos. Já havia aí um retrato da Teresa: mulher bonita, clara (no sentido de precisa, objetiva), uniforme (no sentido de evitar contradições, mal-entendidos), disposta a compartilhar o produto do seu esforço com os demais.

Depois, nos reencontramos por ocasião do concurso de ingresso na PGE, em 1985. Ela, a essa altura **Maria Teresa Ghirardi Mascarenhas Neves**, grávida pela terceira vez; eu, esperando a primeira filha. Novamente, travamos contato, trocamos experiências e, mais uma vez, me vali dos conhecimentos que ela estava disposta a compartilhar: tudo sobre gestação,

amamentação, fraldas, papinhas, e demais coisas típicas da vida de mulher adulta. Fui para a Grande São Paulo e ela, para a Procuradoria Fiscal. Às vezes, eu a via em reuniões de trabalho, na rua. Mas ainda não éramos amigas.

Finalmente, no início da década de 90, recebemos, na Consultoria Jurídica da Secretaria da Segurança Pública, o reforço de duas colegas – uma delas, a Maria Teresa. Ali iniciamos verdadeiramente a convivência que se revelou profícua e apaixonada, do ponto de vista do trabalho e pessoal. A Teresa brilhante, de raciocínio rápido, arguta, solerte (palavra que ela adorava usar), divertida, determinada, elegante, ética, crítica, rigorosa, até severa, se mostrou por inteiro. Eu gostava de trabalhar com ela e pensava na sorte que era encontrar uma amiga assim. Tratava-se de uma amizade que se estabeleceu em termos de igualdade, respeito, admiração, franqueza, sinceridade. Com ela, tudo podia ser conversado, discutido, analisado, e era – ou se tornava – objeto de prazer e diversão: a licitação cujo edital havíamos aprovado, o processo administrativo disciplinar que havíamos examinado, rumores de Gabinete, humores do dia a dia, queixas sobre a rotina doméstica, maridos, filhos, dinheiro. Tudo podia ser falado sem censura e acabava bem digerido, apesar de, quando vencida, “curvar-se” com a ponta do nariz bem empinada aos céus. Éramos parecidas, mas não iguais, e nos completávamos. Uma segurava ou empurrava a outra, de acordo com a necessidade e a circunstância.

Aí, Teresa, cotada para ser chefe da CJ/SSP, cometeu um deslize, acho que o único em toda a sua vida profissional: foi até a Subprocuradora-Geral da Área da Consultoria para dizer que na CJ já havia uma chefia natural que deveria ser consagrada e que essa chefia era eu. Sua posição firme terminou por ser acolhida e nós terminamos afastadas, pois ela foi designada para a chefia da CJ/Educação (a Procuradoria não podia – como não pode até hoje – desperdiçar, deixar duas pessoas em condições de chefia na mesma unidade). Mas já éramos verdadeiramente amigas e, a partir daí, nunca mais nos separamos, porque, mesmo longe, estávamos juntas. Por telefone, pela *internet*, em pensamento. Falávamos diariamente, discutindo teses jurídicas, questões políticas, interesses gerais e particulares.

A seguir, ela esteve na assessoria da Subprocuradoria-Geral da Área da Consultoria, na Procuradoria Administrativa, foi Chefe de Gabinete da PGE, ajudou a estruturar uma instituição que se desligava da Secretaria da Justiça, a criar o cargo de Procurador-Geral do Estado Adjunto e muita coisa mais.

Voltou para a Procuradoria Administrativa e de lá não mais saiu. Foi chefe da unidade da mesma forma que era colega na São Francisco: brilhante, enérgica, incansável, divertida, dura, clara, precisa, uniforme. Sempre disposta a compartilhar o que sabia, o que aprendia, o que pesquisava, o que ouvia. Era a mãe, a professora e a amiga que por vezes bate, mas na maioria das ocasiões termina por afagar, acarinhar, acalmar, acolher. E deixa sempre uma lição. Que o digam os “novos” por ela monitorados. Além disso, não só recebeu de braços abertos, para ser por ela chefiado, o então ex-Procurador-Geral (hoje, novamente no cargo), como se esforçou para que ele viesse mesmo para a unidade. E tudo isso com a lhaneza (outra palavra que só ela vi usar) que lhe era peculiar.

Dotada de enorme espírito público e de irresistível vocação para o ensino, trabalhou firme até o fim. Sempre presente, sempre inteirada das coisas. Sempre orientando, agregando, compartilhando.

Inúmeras vezes pensei em parar tudo e anotar o que ela dizia. Era uma “frasista” genial. Eu olhava para ela e pensava “é meu tipo inesquecível”, como aqueles das crônicas que eu lia, entre a infância e a adolescência, no interior do Estado, nas décadas de 60 e 70, na *Seleções do Reader’s Digest*. Não o fiz por falta de material no momento (ainda não havia ou não se tornara minha rotina usar celular, *ipad*), em outras ocasiões por receio de ofendê-la, de acabar com a espontaneidade de seus atos ou de sofrer alguma dura reprimenda, daquelas de que só ela era capaz (e quem a conheceu sabe do que falo), ante a possível infantilidade da ideia. Lamento, agora, pois não só o “caderno da Teresa” deveria ter sido publicado, mas também as coisas que ela dizia na Procuradoria, em casa, na *happy hour*. Ela deveria ter sido filmada, gravada, salva em disco rígido, remoto, por qualquer meio disponível, para que a ela pudéssemos sempre voltar, recorrer, pedir socorro, “trocar figurinhas”.

Felizmente, tive tempo, oportunidade e coragem de dizer a importância dela, o amor verdadeiro que sentia por ela e reconhecer tudo que nos unia. Felizmente, ainda tenho a memória. Só lamento não ter condições de melhor apresentá-la aos que não a conheceram, nem conhecem. Saudade imensa da querida amiga, mais que amiga, irmã!

ANA MARIA OLIVEIRA DE TOLEDO RINALDI

Procuradora do Estado